

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Correio Braziliense

Class.:

Terra / Demarcação

Data

20/08/91

Pg.:

187

Demarcação faz 4468. Funai apelar ao exterior

Isabel de Paula

A Fundação Nacional do Índio (Funai) está usando um método alternativo para driblar a falta de recursos necessários à demarcação das terras indígenas. Em resposta a quase 30 mil cartas de Organizações Não-Governamentais (ONGs) de todo o mundo que protestam contra a morosidade no processo de demarcação, a Funai está solicitando diretamente às entidades, apoio financeiro. Faltam ser demarcadas 266 áreas indígenas, mas o órgão não dispõe de qualquer dinheiro.

A idéia, segundo o assessor de comunicação da Funai, Tito Rosenberg, é substituir o discurso pelas contribuições financeiras, uma vez que existe preocupação mundial com a proteção dos índios brasileiros. Aliado a isso, o próprio presidente Fernando Collor já demonstrou a intenção de demarcar todas as terras indígenas até 1993, obedecendo ao prazo determinado pela Constituição Federal.

Fonte principal das preocupações de entidades ambientalistas internacionais e modelo de preservação indígena almejado pelo Governo, os ianomami até agora não foram contemplados com recursos para demarcação de suas terras. Para o trabalho de delimitação e demarcação total dos 9,4 milhões de hectares em território brasileiro, a Funai precisa de Cr\$ 1,2 bilhão. A liberação desse crédito suplementar está dependendo de aprovação pelo Congresso Nacional.

Advertências — Os protestos das Organizações Não-Governamentais (ONGs) contra a inoperância da Funai em resolver o problema das terras indígenas, normalmente endereçados ao presidente Collor, são encaminhados diariamente ao órgão. Eles chegam em grande quantidade e revelam um conhecimento profundo da situação do índio brasileiro. No último dia 2, o cantor Sting, presidente da Rainforest Foundation International,

mandou uma carta com elogios à iniciativa do Governo em demarcar as áreas, mas recheada de advertências para a necessidade de que o processo seja concluído.

A mesma preocupação reúne uma infinidade de entidades ambientalistas, sendo que a reserva em maior evidência internacional é a dos ianomami. A **Survival International**, uma ONG francesa, enviou um documento intitulado **SOS Yanomami**, no qual apela ao Governo para o cumprimento da Constituição no que se refere à demarcação. A entidade considera um "genocídio" a ação de garimpeiros na área, onde, segundo suas estimativas, morreram mil 500 índios num período de dois anos.

O conhecimento da realidade indígena brasileira pelas ONGs é surpreendente. Além dos ianomami, índios mais desconhecidos como os nambicvara, ticuna, arara e os guajá também recebem manifestações de solidariedade. Para o assessor de comunicação da Funai, Tito Rosenberg, este interesse internacional é bom para o Brasil e deve ser aproveitado da melhor forma possível, ressaltando, no entanto, que, no momento, o mais importante é o apoio financeiro.

Pedido de ajuda — Até o momento, os contatos da Funai com as ONGs são informais, mas, em breve, todas as que manifestarem descontentamento com a situação dos índios do País, receberão um comunicado com agradecimentos e pedido de recursos. Na carta, a Funai pretende esclarecer que tem instrumentos para executar as demarcações, que conta com uma administração interessada em resolver o problema, mas não tem o principal: cerca de 120 milhões de dólares, quantia estimada para demarcar todas as 266 reservas previstas.

A ajuda poderá ser feita através do envio de dinheiro ao órgão ou então com o pagamento direto pelas ONGs de serviços necessários durante o processo de demarcação, como por exemplo, as horas-vôo de helicópteros.

Órgão retira garimpeiros

A Fundação Nacional do Índio (Funai) gastará Cr\$ 40 milhões com o aluguel de um helicóptero particular para conter a resistência de garimpeiros em terras ianomami, até que a Força Aérea Brasileira (FAB) ceda três aeronaves prometidas para setembro. Com a operação emergencial, cujo início está previsto para amanhã ou depois, a Polícia Federal espera desobstruir pistas bloqueadas por garimpeiros que querem impedir a fiscalização e fortalecer a atividade em desmonte.

Desde que o Plano Emergencial de Preservação da Vida Ianomami (Operação Selva Livre) foi iniciado, em 19 de julho passado, 2 mil 200 garimpeiros já deixaram a área. Entre mil 600 e mil 700 ainda resistem. Aproveitando-se do período chuvoso, quando a fiscalização fica prejudicada, muitos garimpeiros estão fazendo vôos clandestinos sobre a reserva ianomami. No último final de semana,

duas aeronaves foram interceptadas no baixo Mucajá, quando pousavam emergencialmente em pista sob controle da Polícia Federal. Cinco pessoas foram detidas.

Das três pistas obstruídas — Catarino, Turcatti e do Hélio — duas já foram desbloqueadas pela Polícia Federal. Para impedir novas obstruções e garantir a atuação daqui para frente, só com o auxílio de um helicóptero, devido à intensidade das chuvas. A licitação para a contratação de 40 horas/vôo pela Funai está sendo feita em Boa Vista (RO). Segundo o coordenador da operação em Roraima, Dinarte Nobre Madeiro, "se a Funai pudesse contar com o auxílio dos helicópteros da FAB já, dentro de 15 a 20 dias a área estaria livre dos garimpeiros".

Nesta operação, a Polícia Federal e a Funai, além de limparem pistas interditadas com tambores e galhos, abastecerão a área com combustível e medicamentos. As doenças continuam se proliferando com a presença dos garimpeiros em solo ianomami, cujos principais focos de resistência localizam-se na altura do Rio Couto Magalhães e no Alto Rio Cartrimani.